

PROCESSO TCE N° 24.207.2017-00.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Manoel Urbano.

NATUREZA: Inspeção.

OBJETO: Inspeção para apurar responsabilidade do gestor do Município de Manoel Urbano, pelo aumento da despesa total com pessoal, que se encontra acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no 2º quadrimestre de 2017.

RESPONSÁVEL: José Altanízio Taumaturgo Sá.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

## ACÓRDÃO N° 10.831/2018

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Inspeção. Prefeitura Municipal de Manoel Urbano. Provimento de cargos em comissão em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaração de nulidade dos atos praticados pelo Gestor. Aplicação de multa-sanção. Determinação ao Gestor para recondução imediata dos valores da despesa de pessoal ao limite legal. Encaminhamento à DAFO. Apensamento à Prestação de Contas do exercício. Encaminhamento da decisão, para conhecimento, à Câmara Municipal de Manoel Urbano, à Presidência do Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Estadual. Arquivamento.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do **Conselheiro-Relator**: **1)** pela **declaração de nulidade dos atos** praticados pelo Sr. **José Altanízio Taumaturgo Sá**, Prefeito Municipal de Manoel Urbano, sem observância das disposições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), caracterizada pelas nomeações dos cargos de Gerentes, Chefes de Setores e Assessores, durante o exercício de 2017, período em que a despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal permaneceu acima do limite máximo legal, conforme apurado pela DAFO/2ªIGCE; **2)** pela **aplicação de multa** ao Sr. **José Altanízio Taumaturgo Sá**, nos termos do artigo 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, combinado com o artigo 5º, inciso IV e parágrafo 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil, duzentos e oitenta reais), em face das ações que aumentaram a

despesa de pessoal antes da adoção de medidas para a redução do excesso do limite da despesa total com pessoal, não tendo, desse modo, observado as vedações definidas na LRF; **3)** pela **determinação** ao Sr. **José Altanízio Taumaturgo Sá**, Prefeito do Município de Manoel Urbano, **para recondução imediata dos valores da despesa de pessoal ao limite legal**, caso ainda persista tal ilegalidade, devendo anular, se necessário, os atos praticados em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); **4)** pelo **encaminhamento** à DAFO, para acompanhar a obrigatória redução da despesa de pessoal do Executivo Municipal de Manoel Urbano; **5)** pelo **apensamento** deste processo à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manoel Urbano, relativa ao exercício de 2017, para subsidiar a análise e o julgamento da despesa com pessoal; e **6)** pelo **encaminhamento** da decisão, para conhecimento, à Câmara Municipal de Manoel Urbano, à Presidência do Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Estadual, para as providências que entenderem pertinentes. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro** e a Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**.

Rio Branco – Acre, 19 de julho de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC